

JORNAL

VIGILANTE



SEXTA - FEIRA - 19 DE DEZEMBRO DE 2025 - WWW.JORNALVIGILANTE.COM.BR



O INSTITUTO ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS (IEMA) EMITIU, NA ÚLTIMA SEMANA, A LICENÇA DE INSTALAÇÃO PARA A IMPLANTAÇÃO DE UMA ESTAÇÃO DE PRODUÇÃO DE ÁGUA DE REÚSO (EPAR) NO MUNICÍPIO DA SERRA, NO BAIRRO SÃO GERALDO. A INICIATIVA REPRESENTA UM AVANÇO NA GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS NO ESPÍRITO SANTO, AO ALIAR ALTA TECNOLOGIA DE TRATAMENTO DE EFLUENTES À PRESERVAÇÃO AMBIENTAL E AO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL.



QUEM VAI CONCORRER NO PRÓXIMO DOMINGO (21) A UMA VAGA PARA AGENTE DE POLÍCIA LEGISLATIVA, JÁ PODE CONSULTAR O LOCAL DA PROVA NA PÁGINA DO INSTITUTO BRASILEIRO DE GESTÃO E PESQUISA (IBGP) QUE É A BANCA RESPONSÁVEL PELO CONCURSO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESPÍRITO SANTO (ALES). PARA SABER É SÓ ACESSAR, ENTRAR NA ÁREA DO CANDIDATO, E BAIXAR O CARTÃO DEFINITIVO DE INSCRIÇÃO. NESTE SEGUNDO FINAL DE SEMANA DE PROVAS, SERÃO 8.887 CANDIDATOS DISPUTANDO UMA DAS 15 VAGAS OFERTADAS, ALÉM DO CADASTRO DE RESERVA. AS PROVAS SERÃO APLICADAS EM VITÓRIA, CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM E LINHARES.



A magia do Natal está chegando com alegria para iluminar os sorrisos de nossas crianças.

23 de dezembro às 08h00

Campo da Ebenézer



PLANTAR E COLHER O ANO INTEIRO, MESMO QUE A CHUVA NÃO CAIA COMO O ESPERADO, COMEÇA A SE TORNAR UMA REALIDADE NA LIDA DE PEQUENOS PRODUTORES DE MINAS GERAIS. NESTE ANO DE 2025, 227 MUNICÍPIOS DO ESTADO RECEBERAM, DE FORMA GRATUITA, 8.413 KITS DE IRRIGAÇÃO QUE VÊM SENDO DISTRIBUÍDOS A AGRICULTORES FAMILIARES PELA EMATER-MG, EMPRESA VINCULADA À SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO (SEAPA).



Blocos de Nota, Cartões de Visita, Carimbos
Convites de casamento, Adesivos, Panfletos
Recibos, Imãs de Geladeira, e Muito Mais!

Atendimento de Segunda a Sábado!

VENHA FAZER SEU ORÇAMENTO.

Tel.: (27) 99943-6111

ATENDIMENTOS EM TODA REGIÃO: MANTENA, ECOPORANGA, ÁGUA BRANCA, ÁGUA DOCE DO NORTE, MANTENÓPOLIS, ETC.

Av. Jones dos Santos Neves, nº 214 - Barra de São Francisco - ES

DISTRIBUIÇÃO DE KITS DE IRRIGAÇÃO PELO GOVERNO DE MINAS ACELEROU DESENVOLVIMENTO NO CAMPO EM 2025

Plantar e colher o ano inteiro, mesmo que a chuva não caia como o esperado, começa a se tornar uma realidade na vida de pequenos produtores de Minas Gerais. Neste ano de 2025, 227 municípios do estado receberam, de forma gratuita, 8.413 kits de irrigação que vêm sendo distribuídos a agricultores familiares pela Emater-MG, empresa vinculada à Secretaria de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Seapa). Os equipamentos levam não só água, mas também esperança ao campo. Indicados para o cultivo de hortaliças e frutíferas, eles contribuem para aumentar a produção e gerar renda, além de permitir a segurança alimentar das famílias. Em Divino, na Zona da Mata, os kits vão além: colaboram para a emancipação das mulheres. A ação do Governo de Minas faz parte do Programa Irriga Minas, executado pela Seapa. Uma das prioridades é atender os produtores da região do semiárido, onde, em maio deste ano, num só dia, foi realizada a entrega de 1.268 kits para 37 municípios. Os kits utilizam a irrigação por gotejamento para áreas de 500 m² e 1000 m². Cada conjunto é composto por uma caixa d'água de mil litros, com tampa, tubo gotejador, filtros, registros e conectores. A tecnologia de irrigação por gotejamento permite o uso da água na dosagem correta, uma vez que ela é disponibilizada diretamente no pé da planta, dentro do canteiro, evitando o desperdício e garantindo a produção.



de comprar. Aqui a chuva é pouca. O principal benefício do Kit é a economia de água, que vai me possibilitar aumentar a área de plantio. Além de verduras, vou plantar pimentões coloridos e tomate”, prevê José.

No entanto, o esforço para tornar a irrigação acessível não está restrito à doação de equipamentos. O Governo de Minas também atuou estrategicamente, aprimorando as normas que permitem aos pequenos produtores irrigar. Neste ano, foi publicado o Decreto nº 49.072, regulamentando a Política de Agricultura Irrigada mineira. As novas diretrizes permitem que as infraestruturas e atividades de irrigação possam ser declaradas de utilidade pública, facilitando o uso de tecnologias como pivôs, sistemas de gotejamento e captação de água. As mudanças impulsionam o uso da irrigação pelos agricultores familiares, permitindo a aprovação de projetos de irrigação, perenização e reservação de água para os períodos secos. "Os kits irrigação potencializam a Política Estadual de Agricultura Irrigada Sustentável em Minas. E, com o apoio da Emater, os pequenos agricultores agora podem participar dessa política pública e irrigar suas áreas, tendo mais produtividade e gerando mais renda e emprego", destaca o secretário da Agricultura, Thales Fernandes. Produtor de hortaliças de Francisco Sá, no Norte de Minas, José Ronaldo Pereira Martins, 48 anos, diz que o kit era um sonho antigo. “Eu nunca teria condições

Os agricultores familiares beneficiados são acompanhados pela Emater-MG. Além da orientação na montagem e uso dos equipamentos, os técnicos instruem sobre as boas práticas de cultivo. A empresa também participa do processo de seleção dos produtores beneficiários, logística e entrega dos kits. Em Divino, a Emater atendeu à reivindicação das mulheres por mais kits de irrigação. “Aqui na região prevalece a monocultura do café, em que os homens são maioria, enquanto as mulheres cuidam de hortas e quintais. Dos 49 kits distribuídos, 27 foram para as trabalhadoras. É importante que elas aumentem a produção para terem mais protagonismo no campo”, conta a extensionista Emanuela Costa Torres, da Emater de Divino. Produtora de uma comunidade de povos originários, em Divino, Renata de Souza Gomes, 40 anos, disse que, devido à chegada dos kits nas hortas, as mulheres já se organizam para fornecer produtos, a partir de 2026, para o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), destinado à merenda escolar. “Vamos aumentar a produção de cenoura, beterraba e repolho, obtendo mais renda”, comemora.

POSTOS DO SINE DISPONIBILIZAM MAIS DE 16 MIL VAGAS DE EMPREGO EM MINAS

O Sistema Nacional de Emprego (Sine) em Minas Gerais está com 16.415 vagas de trabalho, conforme atualização do Painel de Informações do sistema, divulgada na manhã desta quinta-feira (18/12). A ferramenta, organizada pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social (Sedese), permite que o cidadão, em busca de trabalho, consulte as oportunidades disponíveis em todas as unidades do Sine. O usuário pode filtrar a pesquisa por região, município, área profissional ou posto de atendimento, dando opção para o trabalhador consultar o cargo de interesse. De acordo com o painel, a função com mais ofertas é a de alimentador de linha de produção, que soma 2.328 vagas, operador de telemarketing receptivo, com 1.037, e logo depois aparece servente de obras, com 934 oportunidades. Entre as unidades espalhadas por Minas Gerais, o Sine Uberlândia concentra o

maior número de vagas, totalizando 5.094. Na sequência vêm o Sine BH Central de Vagas, com 1.742 oportunidades, e o Sine Pedro Leopoldo, que registra 984. Como se candidatar Todas as vagas de emprego estão disponíveis no Portal Emprega Brasil. Os interessados também podem se cadastrar no aplicativo Sine Fácil, disponível para os aparelhos celulares com sistemas operacionais

Android ou iOS. O atendimento presencial de intermediação de mão de obra nas unidades é feito por meio de agendamento pela internet.



ANO LETIVO DE 2025 MARCA AVANÇO HISTÓRICO NA APRENDIZAGEM E MODERNIZAÇÃO DA REDE ESTADUAL MINEIRA

A Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais (SEE/MG) encerra 2025 com avanços significativos em infraestrutura, tecnologia, aprendizagem, valorização profissional e expansão da educação profissional e em tempo integral. Os resultados refletem o compromisso do

Governo de Minas com uma educação pública de qualidade e com políticas estruturantes que ampliam o atendimento e fortalecem a aprendizagem dos estudantes. Ao todo, foram investidos mais de R\$ 20 bilhões durante todo o ano letivo.

A alfabetização infantil foi um dos principais destaques. O estado foi o único do Sudeste a registrar avanço no indicador e obteve o terceiro maior crescimento do país em relação a 2023, resultado de ações estratégicas e sólidas que garantem o direito de aprender na idade certa e impactam diretamente o desenvolvimento educacional e social das crianças.

"Neste ano realizamos um trabalho muito forte de busca ativa para não deixar nenhum aluno para trás, para que pudéssemos fazer a recomposição da aprendizagem. Contamos com materiais específicos e formação de profissionais para apoiar esse processo", disse o secretário de Estado de Educação de Minas Gerais, Rossieli Soares. "Ainda lançamos o Minas Bilíngue, além de melhoria da merenda, descentralização de recursos com o Caixa Escolar das nossas escolas. Minas Gerais deve ser sim uma liderança importante na educação brasileira", concluiu.

Na área de administração e funcionamento das escolas, a SEE/MG destinou R\$ 530 milhões à alimentação escolar, maior valor da série recente, além de R\$ 311,6 milhões para manutenção das unidades de ensino e



R\$ 960 milhões ao transporte escolar, assegurando atendimento a todos os estudantes estaduais em suas respectivas necessidades/demandas/contextos.

Educação básica

A alfabetização estadual alcançou 72,1% de crianças alfabetizadas ao final do 2º ano, superando a média nacional e registrando o maior avanço do país em relação a 2023. O resultado reflete políticas como o Projeto Mãos Dadas, que desde 2022 investiu R\$ 1,5 bilhão, construiu 23 escolas, realizou 163 reformas e absorveu 64 mil matrículas em 163 municípios.

Na educação básica, a expansão da jornada ampliada consolidou 2025 como o maior ano da Educação em Tempo Integral Profissional (Emiti Profissional), com 138.983 matrículas em 1.395 escolas.

A Educação Profissional Técnica também avançou, alcançando 85.099 matrículas em 1.120 unidades. O programa Trilhas de Futuro manteve forte adesão, com 368 mil inscrições e 35,8 mil matrículas na quinta edição.

Dentro da política de expansão da educação profissional, o Governo de Minas lançou, em 2025, o Trilhas de Futuro – Jovens e Adultos, ampliando oportunidades de qualificação para estudantes que buscam retomar ou concluir a trajetória educacional e reforçar a inclusão e a permanência escolar.

Para 2026, o Governo de Minas vai ampliar a oferta do Ensino Médio em Tempo Integral (Emiti), elevando de 798 para 838 o número

de escolas no modelo, com atendimento às 47 Superintendências Regionais de Ensino (SREs). A política contemplará os formatos preparatório e profissional, fortalecendo a permanência dos estudantes e a integração entre educação básica e formação técnica.

Infraestrutura

Os investimentos em obras escolares somaram R\$ 1,6 bilhão, contemplando 2.440 escolas em 723 municípios, com 541 obras concluídas em 2025. A modernização tecnológica incluiu a entrega de 2.816 mil Chromebooks para diretores, 32 mil equipamentos para escolas de Emti e R\$ 52 milhões em sistemas de monitoramento.

Intercâmbios e ensino superior

O Passaporte Mineiro do Conhecimento beneficiou 300 estudantes com intercâmbios internacionais, com investimentos superiores a R\$ 46 milhões. No Enem, Minas liderou o país em redações entre 980 e mil pontos, e 72,2% dos concluintes da rede estadual confirmaram inscrição em 2025.

Valorização profissional

O ano também foi marcado por avanços na valorização profissional, com 33.645 progressões, 9.735 promoções e quase 9 mil concessões de Adicional de Valorização da Educação Básica (Adveb).

Em 2025, o Governo de Minas lançou o Educação que Prospera, iniciativa inédita que reconhece o trabalho dos profissionais da rede com base em metas de aprendizagem e indicadores educacionais. Entre 2022 e 2025, mais de 20 mil servidores foram nomeados, incluindo 6,7 mil em 2025, e o edital 01/2025 criou 13.795 vagas na carreira.

GOVERNO DO ESTADO DIVULGA O RESULTADO PRELIMINAR DA PROVA DISCURSIVA DO CONCURSO DA EDUCAÇÃO

A Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais (SEE/MG), a Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão (Seplag/MG) e a Consulplan, responsável pela organização e coordenação do certame, divulgaram, nesta quarta-feira (17/12), o resultado preliminar da prova discursiva e o resultado preliminar da avaliação de títulos do Concurso Público regido pelo Edital Seplag/SEE nº 01/2025.

Além dos resultados preliminares, também foram disponibilizados o padrão de respostas da prova discursiva e a relação dos candidatos aptos à correção, conforme previsto no edital. Os documentos estão disponíveis neste site.

Os candidatos podem consultar, de forma individualizada, o resultado

preliminar da prova discursiva e da avaliação de títulos. Eventuais recursos contra os resultados preliminares deverão ser interpostos dentro do prazo estabelecido no edital, exclusivamente pelos canais oficiais.

Com 13.795 vagas, o concurso é um

d o s maiores já realizados na área da Educação em Minas Gerais, contempla n d o carreiras d e professor e s ,

especialistas, técnicos e analistas. A iniciativa integra a política do Governo de Minas de fortalecimento da rede estadual de ensino, com a seleção de profissionais qualificados para atuar na educação pública.



GOVERNO DE MINAS REFORÇA CONSERVAÇÃO COM APROVAÇÃO DE PLANOS DE MANEJO NO NORTE DO ESTADO E NA RMBH

A política de conservação ambiental do Governo de Minas avançou com a aprovação dos Planos de Manejo do Parque Estadual de Botumirim (PEB) e da Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN) Andaime, durante reunião da Câmara Técnica de Proteção à Biodiversidade e Áreas Protegidas (CPB), do Conselho Estadual de Política Ambiental (Copam), realizada nessa terça-feira (16/11).

O PEB, administrado pelo Instituto Estadual de Florestas (IEF), está localizado nos municípios de Botumirim e Bocaiúva, no Norte de Minas Gerais. Já a RPPN Andaime situa-se no município de Rio Acima, na Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH). Com a decisão, ambas as áreas passam a contar com instrumentos formais de planejamento e gestão ambiental, fundamentais para o uso sustentável e a proteção dos recursos naturais.

Previsto no Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), instituído pela Lei nº 9.985/2000, o plano de manejo é um documento técnico que estabelece o zoneamento e as normas que devem presidir o uso da área e o manejo dos recursos naturais, com fundamento nos objetivos gerais de uma Unidade de Conservação (UC), inclusive a implantação das estruturas físicas necessárias à gestão da unidade.

Segundo a diretora de Unidades de Conservação do IEF, Letícia Horta Villas



por iniciativa voluntária de seus proprietários, possuem caráter perpétuo e desempenham papel estratégico na proteção da biodiversidade e dos recursos hídricos.

Patrimônio natural do Norte de Minas

Com área de 35.682,50 hectares, o Parque Estadual de Botumirim está inserido na

Serra do Espinhaço Central e integra a bacia hidrográfica do Rio Jequitinhonha. Entre os cursos d'água de destaque estão o rio Noruega , afluente do Jequitinhonha, com nascente na Campina do Bananal, a cerca de 1.300 metros de altitude , além dos rios do Peixe e Bananal e dos ribeirões da Onça e do Gigante.

Inserido no bioma Cerrado, considerado um dos hotspots mundiais de biodiversidade, o PEB abriga um expressivo patrimônio natural. Levantamentos registram 509 espécies de vertebrados na área do parque e em seu entorno, incluindo peixes, anfíbios, répteis, aves e mamíferos. A diversidade registrada indica elevado potencial para a ocorrência de outras espécies, reforçando a relevância da unidade para a conservação ambiental em Minas Gerais. A aprovação dos planos de manejo fortalece a gestão das áreas protegidas no estado, assegurando diretrizes claras para a conservação da biodiversidade e para o uso sustentável dos territórios.

Boas, o plano é essencial para assegurar a conservação dos territórios protegidos. "No documento, são definidos o zoneamento, as normas de uso e as diretrizes para a implantação das infraestruturas necessárias à gestão da Unidade de Conservação", destaca.

Parcerias para a conservação
O Plano de Manejo do PEB foi elaborado por meio do Programa Comunidades Tradicionais, Povos Indígenas e Áreas Protegidas nos Biomas Amazônia e Cerrado (Copaíbas), executado pelo Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (Funbio). A iniciativa conta com apoio financeiro da Agência Norueguesa para Cooperação ao Desenvolvimento (Norad), por meio do Ministério das Relações Exteriores da Noruega.

No caso da RPPN Andaime, o plano aprovado estabelece diretrizes para a conservação da área protegida privada, conciliando a preservação ambiental com atividades permitidas, como pesquisa científica, educação ambiental e visitação controlada, conforme previsto na legislação federal. As RPPNs são criadas

SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA LANÇA PORTAL PARA FACILITAR REGULARIZAÇÃO DE DÍVIDAS COM BANCOS EXTINTOS

A Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais (SEF/MG), em parceria com a Minas Gerais Participações S/A (MGI), lançou o Portal dos Bancos Extintos Minas Caixa, Bemge e Credireal. O site facilitará que pessoas físicas e jurídicas em débito com tais instituições financeiras negociem e liquidem as dívidas antigas.

A administração e negociação dos débitos são conduzidas pela SEF e MGI, como empresa pública mandatária do Estado de Minas Gerais, conforme Resolução nº 4987/2017, com a participação da Advocacia-Geral do Estado (AGE-MG).

O governo vem tentando recuperar esses créditos desde a década de 1990 e, atualmente, somam mais de 600 processos judiciais. Somente neste exercício, foram alcançados R\$ 26 milhões de recuperação de crédito de tais bancos, decorrentes de operações de crédito habitacional, comercial e rural.

A regularização oferece critérios atrativos como descontos de até 82,5%

do valor da dívida e parcelamento em até 48 vezes sem juros, com atualização pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC).

Vale ressaltar que o devedor não precisa de um advogado para negociar, o atendimento é feito diretamente com a equipe responsável. Basta acessar a aba Regularize para dar início ao atendimento.

No portal, o cidadão pode simular os descontos e, em poucos dias, celebrar o acordo de forma eficiente, transparente e segura.

Vantagens
Além dos descontos significativos , a negociação libera possíveis bens penhorados/hipotecados,

reduzindo custos adicionais (como despesas processuais). O procedimento é extrajudicial, mais simples e com menos burocracia. Além disso, a negociação permite a regularização de protestos e de restrições em nome do devedor.

Canais de atendimento

As negociações devem ser realizadas exclusivamente pelos canais oficiais e especificados nesta página.



REGULARIZE CAPIXABA LANÇA NOVO EDITAL PARA DEVEDORES

O programa Regularize Capixaba publicou, nesta segunda-feira (17), no Diário Oficial do Estado, o terceiro edital do ano. Dessa vez, o benefício permitirá a regularização fiscal de devedores com débitos inscritos em dívida ativa de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços de Transporte Intermunicipal e Interestadual e de Comunicação (ICMS) e multas aplicadas pela Secretaria da Fazenda (SEFAZ), Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal do Espírito Santo (Idaf), Instituto Estadual de Meio Ambiente (Iema), Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Seama), Instituto Estadual de Defesa do Consumidor do Espírito Santo (Procon-ES) e do Fundo Estadual de Defesa do Consumidor (FEDC).

O edital prevê, para os débitos de ICMS com fatos geradores até 31/03/2025, descontos de até 75% nos juros, multas e encargos. Para os demais débitos, descontos de até 65%. Além dos descontos, o novo edital permitirá pagamento em até 120 vezes. Pessoas físicas, microempresas, empresas de pequeno porte ou empresas em processo de recuperação judicial, liquidação judicial, liquidação extrajudicial ou falência, poderão parcelar em até 145



vezes, sem necessidade de apresentação de garantia ou pagamento de entrada mínima.

Segundo a procuradora-chefe adjunta do Núcleo de Transação Tributária (NTT) da Procuradoria-Geral do Estado (PGE), Thaís de Aguiar Eduão, a grande novidade desse edital é a inclusão de débitos inscritos em dívida ativa de algumas autarquias que, até então, não possuíam qualquer tipo de benefício para pagamento. “Com a inclusão dessas autarquias e de débitos de ICMS com fatos geradores até o início deste ano, nossa expectativa é a de alcançar um número bastante expressivo de acordos que vão permitir a regularização fiscal de muitos contribuintes”, afirmou.

Na avaliação do procurador-geral do Estado, Iuri Carlyle do Amaral Almeida

Madruga, essa será uma grande oportunidade que os devedores terão para regularizar suas situações fiscais com o Estado. “Nosso objetivo maior é sempre o de permitir que os devedores paguem o que devem sem comprometer seu funcionamento regular, mantendo a economia aquecida e o bom ambiente de negócios no Estado”, explicou o procurador-geral.

Os requerimentos poderão ser apresentados a partir do dia 1º

de dezembro, por meio de formulário eletrônico específico, que será disponibilizado no site da PGE (menu REGULARIZE CAPIXABA). O prazo final para requerer a adesão está previsto para o final do mês de fevereiro de 2026. Mais informações podem ser obtidas no edital.

Sobre o Regularize Capixaba

O Regularize Capixaba é o programa de transação tributária do Governo do Estado, lançado em 2024, que permite a negociação permanente entre devedores com débitos inscritos em Dívida Ativa e a administração pública estadual.

O programa, desenvolvido pela PGE, possibilita que os acordos sejam feitos em duas modalidades: individualmente, a qualquer tempo (desde que o solicitante atenda às exigências da lei); ou por meio de adesão a editais temáticos.

DETRAN|ES INFORMA SOBRE FUNCIONAMENTO DO ÓRGÃO NO NATAL E ANO NOVO

O Departamento Estadual de Trânsito do Espírito Santo (Detran|ES) informa sobre o funcionamento das agências do Órgão em todo o Estado e da Sede Administrativa, em Vitória, neste fim de ano.

As unidades estarão fechadas nos dias 24, 25 e 26 de dezembro da próxima semana e nos dias 31 de dezembro, 1º e 02 de janeiro, na semana do Ano Novo, conforme previsto nos decretos nº 133-S/2025 e nº 2777-S/2025.

As unidades funcionarão normalmente nas segundas-feiras (22 e 29) e nas terças-feiras (23 e 30) nas próximas duas semanas.

O cidadão que precisar de atendimento presencial deve fazer o agendamento no site www.detran.es.gov.br. Após acessá-lo, deve clicar no botão “Agendamento”, localizado no canto superior esquerdo do site, e será direcionado para o portal Acesso Cidadão para efetuar o login e selecionar a unidade, o serviço, dia e horário para atendimento.

As agências localizadas em imóveis nas dependências das Prefeituras seguirão o calendário de funcionamento da Administração

municipal.

Serviços on-line

Os cidadãos que precisarem de algum procedimento do Detran|ES que pode ser feito de forma on-line têm a opção de entrar no site www.detran.es.gov.br e acessar um dos mais de 60 serviços digitais disponibilizados, mesmo no período em que as unidades estiverem fechadas.

É possível realizar os seguintes procedimentos diretamente no site: emitir boletos dos débitos do veículo para colocar a documentação em dia; imprimir o Certificado de Registro e Licenciamento do Veículo Eletrônico (CRLV-e); consultar a pontuação da CNH; atualizar o endereço do

condutor e do veículo e dar entrada em serviços de Renovação da CNH, bem como outros serviços nas áreas de Habilitação, Veículos e Infrações.

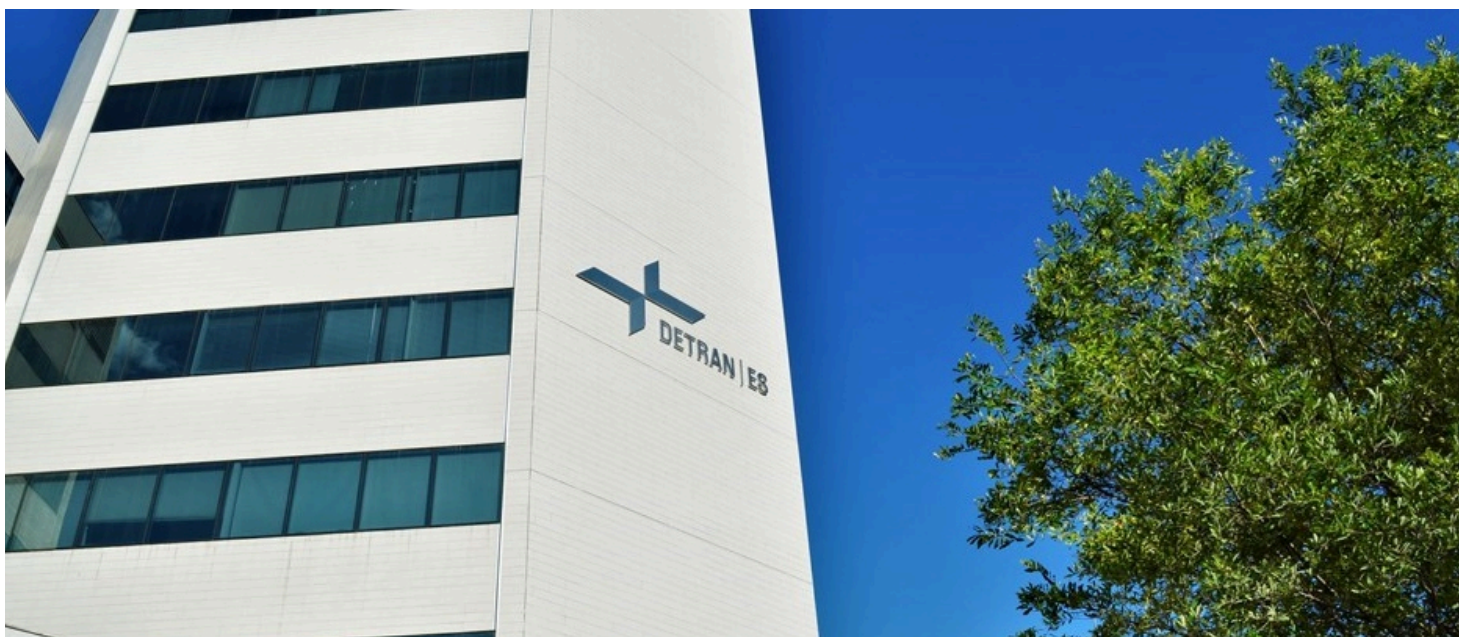
Acesse os serviços on-line da área de Habilitação

Acesse os serviços on-line da área de Veículos

Acesse os serviços on-line da área de Infrações

Informações à Imprensa:

Assessoria de Comunicação do Detran|ES



PROJETO AUTORIZA CRIAÇÃO DE CARTEIRA ESTADUAL DE DOCENTE NO ES

Tramita na Assembleia Legislativa do Espírito Santo (Ales) o Projeto de Lei 529/2025, do deputado Toninho da Emater (PSB), que autoriza a criação da Carteira Estadual de Docente. A proposta prevê a instituição de um documento oficial de identificação destinado aos professores da educação pública e privada em todo o estado.

De acordo com o texto, a Carteira Estadual de Docente terá fé pública e validade em todo o território capixaba. Entre os objetivos do projeto estão identificar formalmente os professores das redes pública e privada, facilitar o acesso às prerrogativas decorrentes da condição de docente e promover a valorização e o reconhecimento da categoria.

O documento deverá conter informações básicas do profissional, como nome completo, filiação, local e data de nascimento, número do CPF, instituição de ensino onde atua, data de expedição e



validade da carteira, além de fotografia do identificado. As regras para expedição, validade e o modelo da carteira ficarão a cargo do Poder Executivo Estadual, conforme estabelece a proposta.

Na justificativa do projeto, o deputado Toninho da Emater destaca que a iniciativa busca fortalecer o reconhecimento social dos professores e assegurar maior legitimidade na identificação dos profissionais do magistério. Segundo o parlamentar, a

educação é uma das maiores riquezas do Espírito Santo e a valorização dos docentes é fundamental para o desenvolvimento coletivo e sustentável da sociedade.

“O objetivo é criar um instrumento que valorize, identifique e reconheça os professores, facilitando o acesso a direitos e prerrogativas da profissão”, argumenta o autor. Ele ressalta ainda que outras categorias profissionais já contam com documentos

semelhantes, o que reforça a importância de garantir aos docentes um mecanismo oficial de identificação.

O Projeto de Lei nº 529/2025 estabelece que a nova legislação entra em vigor na data de sua publicação, caso seja aprovada pelos deputados estaduais e sancionada pelo governador. A proposta segue em análise das comissões de Justiça, de Educação e de Finanças.

POLÍCIA LEGISLATIVA: CANDIDATO JÁ PODE CONSULTAR O LOCAL DE PROVA

Quem vai concorrer no próximo domingo (21) a uma vaga para Agente de Polícia Legislativa, já pode consultar o local da prova na página do Instituto Brasileiro de Gestão e Pesquisa (IBGP), que é a banca responsável pelo concurso da Assembleia Legislativa do Espírito Santo (Ales).

Para saber é só acessar, entrar na área do candidato, e baixar o cartão definitivo de inscrição. Neste segundo final de semana de provas, serão 8.887 candidatos disputando uma das 15 vagas ofertadas, além do cadastro de reserva. As provas serão aplicadas em Vitória, Cachoeiro de Itapemirim e Linhares. A Grande Vitória concentra o maior número de inscritos: 7.340. Na capital serão quatro locais disponíveis: Centro Universitário Multivix, Centro Universitário Salesiano, Faculdade FDV e Emescam.

Em Cachoeiro de Itapemirim, os mil inscritos fazem prova na Faculdade Multivix e, em Linhares, a Faculdade de Ensino Superior de Linhares (Faceli) recebe 547 concorrentes.

As provas estão marcadas para 14h15, mas é recomendado chegar com antecedência de uma hora para poder procurar com calma a sala onde vai fazer o concurso. E, se for possível, visitar o local antes, para conhecer o trajeto e evitar

nervosismo desnecessário.

O candidato deve levar o comprovante definitivo de inscrição, junto com o documento de identidade que foi informado no ato da inscrição.

A prova pode ser realizada com caneta esferográfica de tinta azul ou preta e é importante lembrar que ela deve ter tubo transparente. O lanche e água, caso queira levar, também devem ter embalagem transparente e sem rótulo. Esses cuidados permitem a fiscalização pela banca examinadora.

Outra coisa importante: o celular deve estar desligado. Se o aparelho tocar durante a realização da prova o candidato será automaticamente eliminado. Também não pode usar qualquer aparelho eletrônico, relógio, óculos escuros e boné.

Os candidatos vão responder 40 questões dos assuntos: Língua Portuguesa (10), Raciocínio Lógico Matemático (05), Noções de

Informática (05), Conhecimentos Gerais e Atualidades (05), Legislação (05) e Conhecimentos Específicos (10). No domingo anterior, dia 14, mais de 5 mil candidatos aos cargos de Analista Legislativo e Consultor Legislativo fizeram provas, disputando vinte vagas: quinze oportunidades para consultor e cinco para analista. As outras etapas seguem no início de 2026.

Mais: Polícia Legislativa: cargo requer controle emocional, atenção e tato com pessoas

Este é o primeiro concurso da Ales, realizado em mais de dez anos. O certame atraiu mais de quatorze mil candidatos.

Para mais informações sobre o concurso, acessar o site da banca organizadora.



PLENÁRIO ACOLHE PL QUE INCENTIVA MÉDICO A ATUAR NO INTERIOR

O deputado Fábio Duarte (Rede) é o autor de projeto de lei (PL) que cria o Programa Estadual de Incentivo à Interiorização do Cuidado Médico no Espírito Santo, acolhido durante sessão virtual nesta quarta-feira (17). O PL 762/2025 quer ampliar a presença de médicos especialistas no interior, por meio do fortalecimento dos programas de residência médica e da criação de incentivos que estimulem a fixação dos profissionais em áreas fora da Grande Vitória. A proposição passou pelas comissões reunidas de Justiça, Saúde e Finanças.

São várias medidas propostas no projeto, entre elas o apoio do Estado à abertura e manutenção de programas de residência médica em hospitais do interior, com orientação técnica, formação de médicos preceptores e investimentos em infraestrutura. Para isso, deverá ser instituído um cadastro estadual de hospitais e instituições de ensino aptos a oferecer programas de residência.



A matéria também propõe incentivos fiscais e financeiros aos residentes que atuarem nesses programas em cidades interioranas, incluindo a isenção do pagamento do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) e a redução do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) para a compra de materiais e equipamentos médicos.

Ainda, o projeto de lei autoriza o Executivo a criar uma linha de crédito direcionada à

instalação de consultórios e clínicas fora da Região Metropolitana.

Para estimular a permanência dos médicos após a conclusão da residência, a proposta prevê, também, benefícios adicionais para aqueles que continuarem atuando no interior por pelo menos cinco anos.

“Enquanto cresce o contingente de médicos recém-graduados, a limitação de vagas de residência (concentradas nas capitais e grandes centros) restringe as oportunidades de especialização e dificulta a fixação de médicos em regiões menos estruturadas”, salienta o parlamentar.

“Assim, este projeto de lei busca criar um conjunto articulado de incentivos fiscais e financeiros, voltados não para gerar novos gastos diretos, mas para promover renúncia fiscal estratégica, orientada a corrigir desigualdades regionais na oferta de especialistas e assegurar acesso equitativo à saúde”, defende.

PROJETO QUE ATUALIZA TABELA DE TAXAS COBRADAS PELO IDAF É ACOLHIDO

Foi acolhida pelos deputados proposta enviada pelo governo do Estado que atualiza a relação de serviços, procedimentos e taxas cobradas pelo Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal (Idaf). A votação foi realizada em sessão virtual nesta quarta-feira (17).

O Projeto de Lei (PL) 875/2025 altera a tabela IV da Lei 7.001/2001. Esse anexo define as taxas devidas ao Estado em razão do exercício regular do poder de polícia ou pela utilização efetiva ou potencial de serviços públicos prestados ao contribuinte.

A tabela elenca os procedimentos realizados pelo órgão, como vistorias técnicas, autorizações, registros, licenciamentos, emissão de documentos, entre vários outros. São 20 tipos de serviços subdivididos em diversas categorias. Por exemplo, as vistorias

técnicas são divididas em vários tipos, como vistorias a empreendimentos rurais, a estradas, a áreas de mineração, etc.

Já o licenciamento ambiental é separado em licenças prévias, de instalação, de operação, de regularização, entre outras. Ou seja, a tabela destriça todas as atividades executadas pelo órgão e todas as suas subcategorias, fixando os valores de cobrança de acordo com o Valor de Referência do Tesouro Estadual (VRTE) vigente.

Na mensagem anexa ao PL, o governador Renato Casagrande (PSB) explica que o Idaf realizou estudos que identificaram a necessidade de adequar a lista à atual conjuntura de serviços executados.

“A presente atualização decorre da expansão das atribuições técnicas do Instituto, que hoje executa serviços e procedimentos não contemplados na

legislação vigente. A proposta reorganiza classificações, esclarece descrições de serviços e ajusta valores de forma proporcional às demandas administrativas envolvidas”, salienta o chefe do Executivo estadual.

Se o projeto for aprovado na Casa legislativa e sancionado pelo governador, as regras passam a valor após 90 dias da publicação em diário oficial.



APROVADA MAIS TRANSPARÊNCIA EM PLACAS DE INAUGURAÇÃO DE OBRAS

De autoria do deputado João Coser (PT), o projeto de lei (PL) que amplia a transparência e valoriza os profissionais responsáveis por obras públicas foi aprovado em sessão virtual realizada nesta quarta-feira (17). O PL 865/2025 define regras para as placas de inauguração de obras construídas ou reformadas que usem projetos ou trabalhos técnicos nas áreas de arquitetura e urbanismo.

Conforme a proposta, as placas deverão conter informações obrigatórias, como: a identificação da obra; o nome do governador, do vice-governador e do secretário da pasta responsável; o nome do responsável técnico pelo projeto (com o respectivo título profissional e o número de registro no conselho de classe); e a data da

inauguração.

A iniciativa determina, ainda, que todas as informações estejam claramente legíveis para o público. Os conselhos regionais de Arquitetura e Urbanismo (CAU-ES) e de Engenharia e Agronomia (Crea-ES) poderão notificar os responsáveis por infração à legislação, em caso de descumprimento das normas.

Ainda de acordo com o projeto, a inclusão do nome e do número de registro do responsável técnico tem o intuito de reforçar a segurança das obras, ampliar a transparência na administração pública e reconhecer o trabalho de arquitetos, urbanistas e engenheiros.

O projeto recebeu parecer favorável durante reunião conjunta de Justiça,

Infraestrutura e Finanças. Se for sancionada pelo Executivo, a norma entra em vigor na data de publicação em diário oficial.

Se o projeto for aprovado na Casa legislativa e sancionado pelo governador, as regras passam a valor após 90 dias da publicação em diário oficial.

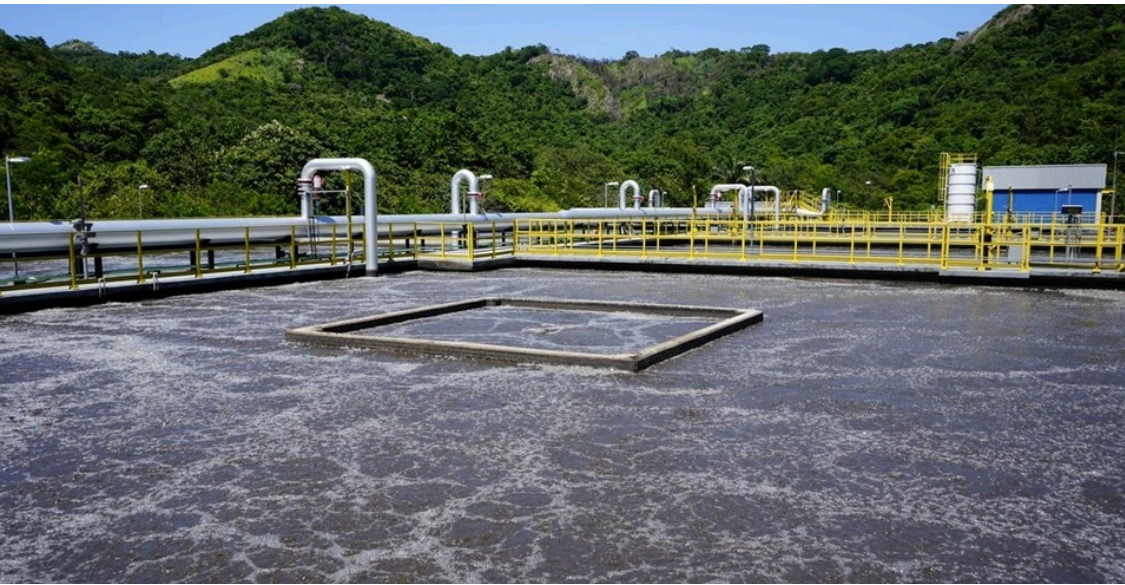


IEMA EMITE LICENÇA DE INSTALAÇÃO PARA ESTAÇÃO DE PRODUÇÃO DE ÁGUA DE REÚSO NA SERRA

O Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Iema) emitiu, na última semana, a Licença de Instalação para a implantação de uma Estação de Produção de Água de Reúso (Epar) no município da Serra, no bairro São Geraldo. A iniciativa representa um avanço na gestão de recursos hídricos no Espírito Santo, ao aliar alta tecnologia de tratamento de efluentes à preservação ambiental e ao desenvolvimento sustentável.

O esgoto que hoje chega à Estação de Tratamento de Camburi será direcionado para a nova estação na Serra, onde passará por um moderno processo de tratamento para produção de água de reúso. A nova estação tem capacidade para tratar cerca de 450 litros por segundo de efluente, e poderá produzir aproximadamente 391 litros por segundo de água de reúso, que será destinada ao uso industrial.

A estação será implantada em área no bairro São Geraldo e contará com tecnologias avançadas de tratamento, garantindo eficiência, segurança ambiental e qualidade da água produzida, de acordo com os parâmetros



crescimento sustentável”, destacou.

Para o diretor-geral, a emissão da licença reafirma o papel do Iema na análise técnica criteriosa de empreendimentos estratégicos, garantindo que o desenvolvimento ocorra de forma alinhada às políticas ambientais e aos princípios da sustentabilidade.

A instalação e operação da Estação de Produção de Água

de Reúso (Epar) é de responsabilidade da GS Inima Brasil, que após o encerramento das obras, deve obter a Licença de Operação, a ser emitida pelo Iema antes do início das operações. A atuação da empresa no Estado é proveniente de uma parceria estratégica entre a Companhia Espírito-santense de Saneamento (Cesan), no estado do Espírito Santo e a empresa ArcelorMittal e Vale.

exigidos pela legislação ambiental vigente. Para o diretor-geral do Iema, Mário Louzada, a emissão da licença reforça o compromisso do órgão com soluções sustentáveis e inovadoras. “O reúso da água é uma estratégia fundamental para a preservação ambiental e para a segurança hídrica do Espírito Santo. Essa iniciativa permite reduzir a captação de recursos naturais, ao mesmo tempo em que viabiliza o desenvolvimento econômico e industrial de forma responsável. É um exemplo de como o licenciamento ambiental pode impulsionar projetos que conciliam proteção ao meio ambiente e

Texto: Victor Mattedi
Informações à Imprensa:
Assessoria de Comunicação da Seama

PREFEITURA DE
SÃO GABRIEL DA PALHA
Publicações oficiais da Prefeitura Municipal
de São Gabriel da Palha em 19/12/2025

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 077/2025

DATA DE ABERTURA: 14/01/2025 às 13 h.
OBJETO: Constituição de Ata de Registro de Preços, para futura e eventual contratação de empresa especializada em serviços de auditoria contábil independente, destinados a verificação da composição da folha de pagamento mensal (vencimentos, vantagens, descontos e encargos) bem como, a conferência de cálculos de salários, horas extras, adicionais, férias, 13º salário e rescisões, para que seja garantido a correta aplicação da legislação, previdenciária e orçamentária, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento e no ETP. O edital poderá ser retirado no site www.saogabriel.es.gov.br ou www.portaldecompraspublicas.com.br. Demais informações pelo telefone 00 XX 27 3727-1366, ramal 362.
São Gabriel da Palha, em 19/12/2025.

FRANCIELI DA ROCHA ÁVILA
Secretária Municipal de Administração

PREFEITURA MUNICIPAL
PANCAS
PUBLICAÇÃO OFICIAL 19/12/2025

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2026
PROCESSO 3338/2025

O Município de Pancas, Estado do Espírito Santo, em conformidade com o disposto no artigo 55, inciso II, alínea “a”, da Lei nº 14.133/2021, torna público, por meio de seu Pregoeiro, que realizará licitação pública para futura e eventual contratação de empresa especializada no fornecimento de **FRALDAS DESCARTÁVEIS**, destinadas a atender às necessidades dos pacientes acamados acompanhados pelas Equipes de Saúde da Família do Município de Pancas/ES, sob responsabilidade da Secretaria Municipal de Saúde. O certame seguirá as condições e especificações estabelecidas no Termo de Referência, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021, com a legislação municipal e suas alterações, bem como demais normativos correlatos. **A abertura da sessão está prevista para o dia 06 de janeiro de 2026, às 8h10min, no site www.portaldecompraspublicas.com.br.** O edital estará disponível a partir do dia 19 de dezembro de 2025. As exigências legais e as orientações para a apresentação das propostas encontram-se no referido edital, que poderá ser acessado na sede da Prefeitura ou nos sites www.pancas.es.gov.br/licitacoes e www.portaldecompraspublicas.com.br.
Contatos Tel.: (27) 3726-1666
ID TCE/ES: 2025.053E0500001.01.0006.
Pancas/ES, em dia 19 de dezembro de 2025.
Leonardo de Souza
Pregoeiro/Agente de Contratação



Av. Jones dos Santos Neves, 214, Loja 02
Centro - Barra de São Francisco - ES - MATRIZ
Rua C, 253 - Nicolini - Mantena - MG - FILIAL
Tel.: (27) 99991-9614

DIRETOR GERAL
Sérgio Machado

DIRETOR DE OPERAÇÕES
Sérgio Machado

DIRETOR GERAL
Sérgio Machado

DIRETOR DE REDAÇÃO
João Paulo Vieira

DIAGRAMAÇÃO
João Paulo Vieira

Facebook: Jornal O Vigilante Instagram: @jornalvigilante
CNPJ: 06.075.462/0001-54 / e-mail: jornalovigilante@bol.com.br
CNPJ FILIAL MANTENA - MG : 06.075.462/0002-35